

UMA POTÊNCIA NÃO-HEGEMÔNICA*

EDUARDO ITALO PESCE**
Professor

Atualmente, o princípio de soberania dos Estados está seriamente ameaçado pela política intervencionista dos Estados Unidos. Apesar disso, é incorreto afirmar que o Estado nacional soberano está moribundo. Os Estados Unidos não são apenas a única superpotência do planeta; são também o Estado nacional mais próspero e poderoso da história. Entretanto, os desdobramentos da reação norte-americana aos ataques terroristas suicidas de 11 de setembro de 2001 tornaram extremamente difícil a convivência do resto do mundo com a atual superpotência hegemônica.

Durante o período da Guerra Fria, todos os Estados, até mesmo os mais fra-

cos, eram importantes para o equilíbrio do sistema bipolar, pois a queda de qualquer um deles simbolizaria uma perda para um dos lados em confronto. Entretanto, após a queda do Muro de Berlim, com a reunificação da Alemanha e o colapso da União Soviética, o desaparecimento de Estados (por desmembramento, fusão ou anexação) deixou de representar uma ameaça à estabilidade do sistema internacional.

A ruptura causada pelo fim da Guerra Fria e da confrontação Leste-Oeste resultou num redesenho do mapa político da Europa e de várias partes do mundo. As primeiras guerras do século XXI já refletem uma nova relação de poder mundial, caracterizada pela unipolaridade militar, pela

* Publicado no *Monitor Mercantil* de 12, 13 e 14/07/2003, p. 2 (Opinião).

** Professor no Centro de Produção da Uerj, especialista em Relações Internacionais e membro do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos (Cebres) e do Instituto de Defesa Nacional (Iden).

multipolaridade econômica e geopolítica e por ameaças transnacionais à paz e à segurança (como o terrorismo fundamentalista e o narcotráfico).

No novo cenário internacional, emergido das cinzas do World Trade Center e do Pentágono, os Estados mais fortes e capazes naturalmente desfrutarão de melhores condições de sobrevivência. Isto não constitui qualquer novidade. No século XVIII, Frederico o Grande já afirmava que todo Estado buscará sempre aumentar seu poder – se dispuser de condições para tal. Só os ingênuos podem acreditar que os fortes e poderosos abrirão mão do poder que possuem, em nome da paz e da fraternidade. Apesar disso, durante a última década tal crença adquiriu certa popularidade no Brasil.

É preciso refutar e combater a falsa idéia de que, por ser um país pacífico sem pretensões hegemônicas, o Brasil não possui inimigos e não necessita de defesa nem de Forças Armadas. De agora em diante, os Estados que não forem capazes de preservar sua soberania e manter o controle sobre o uso de seu território correrão sério risco de isolamento econômico e diplomático – o que poderá resultar numa intervenção militar estrangeira. Nosso país não pode mais pres-

cindir de uma capacidade militar compatível com seu gigantismo e sua condição de potência média, que aspira a tornar-se uma grande potência neste século.

No mundo, existem atualmente apenas três grandes Estados com mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, população superior a 170 milhões de habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) superior a meio trilhão de dólares: Estados Unidos, China e Brasil. Nosso país ainda insiste em ser, ao mesmo tempo, um “anão” político-militar e um gigante econômico, demográfico e territorial. Contudo, logo será forçado a admitir que não tem alternativa viável senão tornar-se uma grande potência não-hegemônica no decorrer do século XXI.

Na concepção deste autor, um Estado nacional soberano é uma grande potência não-hegemônica quando, apesar de seu elevado nível de capacitação em todos os campos do poder e de seus interesses de âmbito mundial, não pretende impor sua vontade a Estados

mais fracos, com a finalidade de obter ganhos – admitindo o emprego da força (ou a ameaça de uso da força) apenas para dissuadir ameaças ou defender-se de agressões, de acordo com as normas do Direito Internacional.

É preciso refutar e combater a falsa idéia de que, por ser um país pacífico sem pretensões hegemônicas, o Brasil não possui inimigos e não necessita de defesa nem de Forças Armadas

H

Nossa exagerada fraqueza militar é um fator altamente debilitante – pois, além de anular nossa credibilidade e confiabilidade como eventual parceiro para coalizões, transmite a imagem de um país incapaz de manter o controle sobre seu próprio território

A nova correlação mundial de forças é particularmente adversa a países emergentes como o Brasil, cuja vulnerabilidade externa é ainda acentuada. Após a guerra contra o Iraque, os integrantes da linha-dura do Pentágono, conhecidos como *chicken-hawks* (falcões-galinhas), poderão atuar como grupo de pressão em favor de ataques a outros países, num mundo dividido entre um “núcleo” globalizado e um “fosso” mergulhado na desordem. Em tal contexto, os Estados localizados à beira do fosso, como o Brasil e a Argentina, poderiam sofrer intervenções militares, em caso de colapso.

Independentemente de sua vontade, os Estados Unidos tornaram-se uma ameaça à paz mundial, simplesmente pela quantidade de poder militar que possuem. A Doutrina Bush, oficializada pela nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, substituiu o conceito de contenção e dissuasão, que vigorou durante o período da Guerra Fria, pelo de intervenções militares preventivas contra países que, presumidamente, representem ou possam vir a representar ameaças aos interesses nacionais da superpotência dominante.

O documento considera inimigos aqueles países que, **no entender do governo norte-americano**, prestem apoio e assistência ao terrorismo. Entretanto, não é claro sobre quais países são amigos dos Es-

tados Unidos e continuarão a sê-lo no futuro. Estendendo-se a lógica intervencionista até o limite, qualquer Estado soberano que procure implementar um projeto nacional autônomo, para a promoção de seus interesses legítimos, poderá contrariar os interesses globais norte-americanos – tornando-se um alvo em potencial para operações militares do Pentágono.

A presente unipolaridade militar, que con-

trasta com a multipolaridade econômica e geopolítica, caracteriza-se principalmente pela vantagem tecnológica usufruída pela indústria de defesa e pelas Forças Armadas dos Estados Unidos, relativamente às indústrias e Forças Armadas das outras grandes potências. Na visão deste autor, esta situação resulta em parte da negligência das principais potências ocidentais com relação aos investimentos no setor de defesa, ao longo da segunda metade do século XX.

Segundo A. H. L. Heeren, contemporâneo de Clausewitz, a manutenção do equilíbrio de poder, entendido por ele como “a mútua preservação da li-

berdade e da independência, pela guarda contra a preponderância e a usurpação de um indivíduo”, seria a principal preocupação da alta política e da diplomacia. Portanto, o mundo e as grandes potências falharam quando se acomodaram, permitindo que um só Estado aumentasse seu poder militar de forma tão acentuada.

Nosso país ainda insiste em ser, ao mesmo tempo, um “anão” político-militar e um gigante econômico, demográfico e territorial

H

Nosso país já ultrapassou há muito o estágio de potência regional, tendo quase todas as características de uma potência média com interesses mundiais. O que lhe falta é vontade para assumir seu lugar no mundo

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a reconstrução econômica da Europa recebeu prioridade. As potências europeias não puderam arcar com os custos da manutenção de Forças Armadas poderosas, ficando a defesa contra a nova ameaça soviética confiada basicamente aos norte-americanos. Dentro desta lógica foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), na qual os aliados europeus inicialmente assumiram um papel modesto. Entretanto, mesmo depois que a situação econômica do continente melhorou, a redução de gastos militares continuou a fazer parte da agenda política dos governos europeus.

Na Alemanha dividida, por razões óbvias, as Forças Armadas ficaram por muito tempo relegadas a um segundo plano – o mesmo ocorrendo do outro lado do mundo, no Japão do pós-guerra. Em toda parte, os países não-comunistas passaram a confiar no “guarda-chuva nuclear” norte-americano, tornando-se cada vez mais dependentes da ajuda militar e econômica da superpotência ocidental. Foram assinados vários pactos regionais de defesa contra o comunismo, nos quais os Esta-

dos Unidos apareciam sempre como o principal integrante, sobre o qual recaíam os maiores encargos. Com o fim da Guerra Fria e o colapso da URSS, os Estados Unidos

converteram-se na única superpotência e passaram a dominar a cena mundial.

A brutal política de sucateamento imposta por sucessivos governos às Forças Armadas brasileiras resultou numa redução significativa de sua operacionalidade. Apesar das recentes mudanças ocorridas na conjuntura estratégica mundial, as perspectivas imediatas são de agravamento da penúria orçamentária das Forças Armadas. Tal política suicida é coerente com a lógica da superpotência dominante, segundo a qual a única justificativa para a existência de Forças Armadas na América Latina seria a necessidade de manter a segurança no interior de cada país.

No Brasil, é visível a existência de pres-

sões internas e externas para envolver as Forças Armadas no combate ao narcotráfico e ao crime organizado, em detrimento de sua destinação básica de defesa nacional. **Nas sociedades avançadas a função militar aproxima-se cada vez mais da diplomá-**

Nas sociedades avançadas a função militar aproxima-se cada vez mais da diplomática, mas nas sociedades emergentes muitos insistem em assemelhá-la à função policial

H

A Doutrina Bush substituiu o conceito de contenção e dissuasão, que vigorou durante o período da Guerra Fria, pelo de intervenções militares preventivas contra países que, presumidamente, representem ou possam vir a representar ameaças aos interesses nacionais da superpotência dominante

N.R.: Os negritos são da RMB.

tica, mas nas sociedades emergentes muitos insistem em assemelhá-la à função policial. Defesa nacional e segurança pública são áreas distintas, devendo cada qual contar com pessoal, meios e recursos próprios e específicos. O emprego das Forças Armadas no policiamento constitui grave risco para as instituições.

A longo prazo, o unilateralismo norte-americano certamente provocará reações. As outras grandes potências deverão esforçar-se para recuperar o tempo perdido e encurtar a distância que as separa da superpotência hegemônica – buscando com isso diminuir sua dependência do aliado mais poderoso ou proteger-se do adversário em potencial. As potências médias, por sua vez, procurarão formar alianças com uma ou mais grandes potências e buscarão aumentar o nível de capacitação de suas próprias Forças Armadas, a fim de garantir sua segurança e promover seus interesses legítimos.

A América do Sul é quase uma ilha. Nosso continente é uma gigantesca península, ligada apenas por um estreito istmo às Américas Central e do Norte. O Brasil é um país de tipo misto, com um imenso território e fronteiras com dez outros países sul-americanos, além de um longo litoral, um extenso mar patrimonial e uma complexa rede fluvial, assim como um comércio exterior e uma economia que respiram basicamente pelo mar. Isto sugere a conveniência de maior valorização de nossa maritimidade.

Nosso país já ultrapassou há muito o estágio de potência regional, tendo qua-

se todas as características de uma potência média com interesses mundiais. O que lhe falta é vontade para assumir seu lugar no mundo, como um dos grandes Estados capazes de criar e manter uma economia avançada e diversificada e atingir um elevado nível de desenvolvimento humano e social. Para atingir seus objetivos nacionais, tornando-se uma grande potência não-hegemônica, o Brasil deverá implementar uma estratégia de longo prazo, capaz de ampliar sua margem de ação autônoma e limitar os riscos da submissão total e da confrontação exacerbada.

Em toda parte, os países não-comunistas passaram a confiar no “guarda-chuva nuclear” norte-americano, tornando-se cada vez mais dependentes da ajuda militar e econômica da superpotência ocidental

Deverá ser adotada uma abordagem gradual, que dê prioridade à redução das vulnerabilidades estratégicas do país. As relações Brasil-Estados Unidos deverão dar ênfase às vantagens mútuas, procurando evitar ou contornar os pontos conflituosos. Quando não for possível

evitar o conflito, deverão ser tomadas medidas para evitar que este adquira conteúdo ideológico. Com isso, será possível manter um nível de confrontação relativamente baixo, limitando o risco de uma confrontação antagônica.

No campo militar, é essencial a recuperação da capacidade produtiva de nossa indústria de material de defesa, a fim de reduzir a dependência de fontes externas de suprimento. Para evitar a síndrome do “*buy American*”, parcerias com as indústrias de defesa européia, russa e chinesa deverão ser encorajadas. Nossa exagerada fraqueza militar é um fator altamente debilitante – pois, além de anular nossa credibilidade e confiabilidade como even-

tual parceiro para coalizões, transmite a imagem de um país incapaz de manter o controle sobre seu próprio território. Indireta-

mente, isso constitui um convite para interferências externas nos assuntos internos do Brasil.

📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:
<POLÍTICA> / Doutrina Busch / Forças Armadas do Brasil /

**Menos detalhismo para
mais realismos.**